



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA FLORESTAL

RÔMULO CRESO NASCIMENTO DE OLIVEIRA

**ANÁLISE PRELIMINAR NA COMUNIDADE RURAL DE SANTANA DE CATAGUASES
EM MINAS GERAIS SOBRE FOMENTO FLORESTAL**

LORENA ALVES CARVALHO NASCIMENTO
Orientadora

SEROPÉDICA, RJ
JANEIRO – 2020



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA FLORESTAL

RÔMULO CRESO NASCIMENTO DE OLIVEIRA
ANÁLISE PRELIMINAR NA COMUNIDADE RURAL DE SANTANA DE CATAGUASES
EM MINAS GERAIS SOBRE FOMENTO FLORESTAL

Monografia apresentada ao Curso de Engenharia Florestal, como requisito parcial para a obtenção do Título de Engenheiro Florestal, Instituto de Florestas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

LORENA ALVES CARVALHO NASCIMENTO
Orientadora

SEROPÉDICA, RJ
JANEIRO – 2020

**ANÁLISE PRELIMINAR NA COMUNIDADE RURAL DE SANTANA DE CATAGUASES
EM MINAS GERAIS SOBRE FOMENTO FLORESTAL**

RÔMULO CRESO NASCIMENTO DE OLIVEIRA

Monografia aprovada em 25 de janeiro de 2020.

Banca Examinadora:

Lorena Alves Carvalho Nascimento – PSU
Orientadora

Amanda Arantes Junqueira – UFRRJ
Membro

Danilo Henrique dos Santos Ataíde – UFRRJ
Membro

AGRADECIMENTOS

À Deus e ao Universo por terem me dado forças para vencer as dificuldades ao longo do curso.

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pela possibilidade de me enriquecer academicamente, profissionalmente e como pessoa

Aos meus pais, Neide Nascimento da Silva e Ademir Batista de Oliveira, por toda estrutura, suporte e apoio que me deram ao longo dos anos. Ao meu irmão, Ronan, pelo companheirismo. E, toda a minha família, pelos conselhos e paciência.

À Universidade Federal do Paraná, pelos incríveis anos como discente, por ter ampliado meu espectro sobre as minhas possibilidades.

À minha orientadora, Lorena, por toda paciência para comigo. E, aos membros da banca, Amanda e Danilo, por todo suporte para evolução dessa pesquisa.

Aos amigos que fiz durante do trajeto, em especial, meus colegas de casa (Mariana, Débora e André) e Isadora.

À Rogéria e toda sua família, pela recepção e amparo.

Ao professor Rogério, por ter acreditado em mim e no meu potencial. E, ao Marco Antônio e Hugo, por todo carinho, ajuda e ensinamentos.

Aos funcionários da Instituição, pela sensibilidade em lidar com o dia a dia acadêmico.

À comunidade de Santana de Cataguases, pela receptividade e solicitude.

São insuficientes as palavras para expressar toda a gratidão que de mim transborda.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar a percepção da comunidade rural de Santana de Cataguases, Minas Gerais, sobre fomento florestal através de levantamento bibliográfico acerca do setor florestal brasileiro, desenvolvimento rural, extensão rural e fomento florestal. O município de Santana de Cataguases está localizado na mesorregião da Zona da Mata mineira (microrregião Cataguases) apresentando grande potencial florestal, entretanto, pouco explorado. Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo analisar a percepção da comunidade rural de Santana de Cataguases, Minas Gerais, sobre fomento florestal de eucalipto. Foi levantado e aplicado questionário, entrevistando 18 produtores rurais, de forma aleatória, buscando representar a realidade da região. Um questionário composto por questionamentos socioeconômicos de forma referencial e outro questionário com questões florestais. Os resultados indicam que a composição é predominantemente por agricultura familiar, carência de assistência técnica, falta de conhecimento sobre os programas de incentivo ao plantio de floresta, evidenciando a necessidade de política de fomento florestal e comunicação rural.

Palavras-chave: extensão rural, comunicação rural, agricultura familiar, estudo de caso.

ABSTRACT

The present study aimed to analyze the perception of the rural community of Santana de Cataguases, Minas Gerais, about forest development through a bibliographic survey about the Brazilian forest sector, rural development, rural extension and forest development. The municipality of Santana de Cataguases is in the mesoregion of Zona da Mata in Minas Gerais, Cataguases microregion. Presenting great forest potential, not totally explored. Forest development can be classified into public, private and public-private. A questionnaire was surveyed and applied, randomly interviewing eighteen rural producers and seeking to represent the reality of the region. A questionnaire consisting of socio-economic questions in a referential way and another questionnaire with forestry issues. The results indicate that the composition is predominantly due to family farming, lack of technical assistance, lack of knowledge about programs to encourage forest planting. The need for a policy to promote forestry and rural communication is evident.

Keywords: rural extension, rural communication, family farming, case study.

SUMÁRIO

	Pag.
1 INTRODUÇÃO.....	2
2 REVISÃO DE LITERATURA	5
2.1 Fomento Florestal.....	5
2.1.1 Fomento Florestal público	5
2.1.2 Fomento florestal privado.....	7
2.1.3 Fomento florestal pela parceria público-privada.....	7
2.1 Estudos de caso de fomento florestal na região.....	8
3 MATERIAL E MÉTODOS	9
3.1 Caracterização da Área de Estudo.....	9
3.2 Coleta e processamento dos dados	10
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	13
5 CONCLUSÕES.....	18
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	19

LISTA DE FIGURAS

	Pag.
Figura 1 – Área de estudo do trabalho, no município de Santana de Cataguases – MG. Fonte: Próprio autor.....	9
Figura 2 – Resultados relacionados às práticas florestais dos produtores e perspectiva de renda.	13
Figura 3 – Resultados sobre a intenção dos produtores em plantar espécie florestal e rentabilidade da indústria.	14
Figura 4 – Resultados informando conhecimento prévio e futuro interesse em práticas de fomento florestal.	15
Figura 5 – Resultados sobre meios de comunicação utilizados para informar-se sobre notícias.	16

LISTA DE TABELAS

	Pag.
Tabela 1 – Perguntas com respectivas pontuações utilizadas na caracterização dos produtores rurais no município de Santana de Cataguases, MG.....	12

1 INTRODUÇÃO

A colonização brasileira por Portugal fez com que o sistema de produção, os bens de natureza e a posse da terra ficassem com a Coroa Portuguesa. A primeira atividade econômica girava em torno da exploração do pau-brasil, visando somente lucro através da exploração predatória, principalmente no Nordeste brasileiro. Com o advento da Lei nº 601 de 1850, a dinâmica do campo foi se reformulando, onde as terras deixam de pertencer a Coroa e passam a se tornar propriedade dos fazendeiros, consolidando o modelo de grande propriedade rural. (STEDILE, 2015).

O camponês brasileiro origina-se com a substituição da mão-de-obra escrava por imigrantes pobres excluídos pelo desenvolvimento industrial no final do século XIX vindos da Europa, principalmente, Itália, Alemanha e Espanha. Os camponeses europeus e a população mestiça brasileira, devido à restrição pela Lei de Terras de 1850, migram para o interior dedicando-se a atividades rurais de subsistência, em posses desinteressantes para a elite (STEDILE, 2015).

Durante a década de 1930 inicia-se uma fase, onde a agricultura passa a ser subordinada à indústria, diferente do antigo modelo agroexportador. Segundo Carrara (1999), “ao longo do século XVIII, dois modos de produção fixaram-se no território da Capitania Minas Gerais: o escravista e o camponês”. Reservando aos agricultores familiares algumas funções, como, o fornecimento de mão-de-obra barata, alimentos e matéria-prima (carvão, celulose, lenha) de baixo preço para as cidades.

No século XIX, a objeção ao modelo colonial (monocultura, exportador e tecnologicamente tradicional) deu-se pela busca de uma alternativa mundial do modelo de sociedade, enquadrando estrutura fundiária (posse e uso da terra). Entretanto, a estrutura oligárquica agrária, saldo do regime imperial inviabilizavam as transformações necessárias para a almejada modernização e construção da sociedade nacional independente e soberana (GEHLEN, 2004).

Visando o bem-estar das comunidades rurais, na década de 1970, houve a elevação de renda dos produtores através do aumento da produtividade graças a intensificação tecnológica e a crescente absorção de insumos pelos produtores (NAVARRO, 2013).

No Brasil, durante as décadas de 1960 a 1980, a política de modernização da agricultura, direcionada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), garantiu a grande propriedade como centro do modelo agrícola no país, excluindo milhares de pequenos produtores familiares da abrangência de cobertura. Somente em meados dos anos 1990, o Ministério do

Desenvolvimento Agrário (MDA) elegeu com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a agricultura familiar como base social para implementação de um novo modelo de desenvolvimento rural no Brasil (AQUINO et. al., 2000).

Comparando os dados sobre o desenvolvimento agrário, extensão rural, clima e solo, tem-se cenário propício ao engajamento do setor florestal no Brasil. Consolidando sua relevância e impulsionando o crescimento do setor. Contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e a dinamização da economia local.

A cadeia produtiva com base em florestas plantadas gera 3,8 milhões de empregos, diretos e indiretos. Plantar florestas tornou-se um bom negócio e atrai um número crescente de pequenos e médios proprietários rurais. Nos anos 2000, o número total de beneficiados por projetos de fomento florestal do setor superou os 17 mil, sendo responsáveis por 25% dos novos plantios florestais realizados durante o ano, e, ao todo, detêm uma área total de 340 mil hectares (SUZANO, 2008)

A área de árvores plantadas para fins industriais no Brasil totalizou 7,83 milhões de hectares em 2018, sendo responsável por 1,3% do Produto Interno Bruto nacional (PIB) e 6,9% do PIB industrial (IBÁ, 2018). Esse total corresponde a apenas 0,9% do território brasileiro. Além das árvores plantadas, dos 851 milhões de hectares do território nacional, 66,1% estavam cobertos por floresta natural, 23,3% ocupados por pastagens, 6,2% por agricultura e 3,5% por redes de infraestrutura e áreas urbanas. Os plantios de eucalipto ocupam 5,56 milhões de hectares da área de árvores plantadas no país, o que representa 71,9% do total, e estão localizados principalmente nos Estados de Minas Gerais (25,2%), São Paulo (17,6%) e Mato Grosso do Sul (14,5%) (IBÁ, 2015).

Os plantios florestais também contribuem de forma decisiva para conservar a fertilidade dos solos, evitando a erosão; cumprem importante papel na retenção da umidade trazida pelas chuvas, na absorção do carbono presente na atmosfera, mitigando as causas do efeito estufa e do aquecimento do planeta. No Brasil, é crescente a área de florestas cujo manejo é certificado por instituições reconhecidas, como: o Forest Stewardship Council (FSC), Conselho de Manejo Florestal, e o Programa Brasileiro de Certificação Florestal (Cerflor). Sendo uma garantia de que o empreendimento cumpre a legislação ambiental e trabalhista, além de promover o bem-estar das comunidades. (SUZANO, 2008)

Do total de 7,83 milhões de hectares de árvores plantadas no Brasil, 34% pertencem a empresas do segmento de celulose e papel. No segundo lugar, com 26,8%, encontram-se proprietários independentes e fomentados (pequenos e médios produtores) que investem em

plantios florestais como fonte de renda a partir da comercialização da madeira in natura (IBÁ, 2018).

O reflorestamento com eucalipto consiste em uma alternativa para áreas amorreadas, impróprias para produção de alimentos (café e feijão), concorrendo contra pastagens (FONTES, 2001). Na Zona da Mata, Minas Gerais, um grande número de proprietários rurais participa de programas de fomento florestal com espécies de eucalipto, por meio do Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG). Há também a opção por linhas de financiamento que incentivam o reflorestamento, como: Propflora, Pronaf-Florestal, FNO Floresta, Programa de Desenvolvimento Rural Integrado da Zona da Mata – PRODEMATA - financiado pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), criado para combater a pobreza absoluta e recuperar a produção agropecuária em áreas de concentração de pequenos produtores, dentre outros.

Liderado pelo município de Juiz de Fora, a região Centro-Sul da Zona da Mata detém os melhores indicadores socioeconômicos, com uma infraestrutura e padrão de dinamismo diversificada das demais regiões. Suas indústrias de maior destaque atuam na metalurgia do zinco com a empresa Companhia Paraibuna de Metais, na siderurgia com a Belgo-Mineira e no setor automobilístico com a Mercedes-Benz. O município de Ubá fica com o destaque para indústria moveleira, ocupando o quarto lugar como pólo moveleiro do Brasil e Cataguases com a indústria têxtil e a produção de energia elétrica (CASTRO; SOARES, 2008). Na região, há duas empresas florestais de pequeno porte, a Silvano Participação Ltda (Cataguases) e a IMA Florestal (Leopoldina); o polo moveleiro de Ubá; e, tendo o comércio local como principal mercado para atender a demanda de produtos derivados da floresta.

Com base no exposto o objetivo do trabalho foi analisar a percepção de uma pequena comunidade mineira a respeito da prática de fomento florestal e seus usos potenciais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Fomento Florestal

O fomento florestal é um instrumento planejado que proporciona a integração dos produtores rurais à cadeia produtiva, proporcionando renda complementar ao produtor rural (SIQUEIRA et al., 2004). Sendo um meio para firmar projetos que irão gerar renda e emprego para sociedade. Segundo o Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, é definido como ajuda, apoio, proteção.

A efetivação dos programas de fomento florestal é realizada através de contratos entre as partes interessadas (proprietários rurais e as entidades públicas ou privadas), sujeitando-se a obrigações, convenções, acordos ou ajustes (FISCHER, 2007).

Os principais benefícios dos programas de fomento florestal são: conservar e proteger o meio ambiente; promover a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida; potencializar o desenvolvimento rural; promover a ocupação planejada e ordenada da paisagem rural; incentivar sistemas agroflorestais na busca por certificações; criar oportunidades de geração de emprego e renda; ampliar o conhecimento por meio da troca de experiências; incentivar a preservação e o monitoramento da fauna, da flora e dos recursos hídricos (CNI; BRACELPA, 2012).

No Estado de Minas Gerais podem ser citados os programas de fomento florestal: Prodemata (Programa de Desenvolvimento Rural Integrado da Zona da Mata de Minas Gerais), Repemir (Projeto de Reflorestamento de Pequenos e Médios Imóveis Rurais), MG-II (Programa Estadual de Promoção de Pequenos Produtores Rurais), Planoroeste II (Programa de Desenvolvimento Rural Integrado do Noroeste), Pró-floresta (Programa de Conservação e Produção Florestal para o Estado de Minas Gerais), Fazendeiro Florestal, Promata (Programa de Proteção da Mata Atlântica de Minas Gerais) (CORDEIRO, 2008).

Recentemente, o termo fomento vem sendo aplicado para evidenciar atividades alinhadas à promoção do desenvolvimento rural, seja na agropecuária ou no setor florestal. Os empreendimentos podem ser de iniciativa pública, privada ou participação pública-privada.

2.1.1 Fomento Florestal público

A ação pública, nas esferas estadual e federal, tem se firmado como importantes agentes na implantação de programas de reflorestamento para médios e pequenos produtores rurais, sendo pelo desenvolvimento de projetos específicos assistidos por órgãos ambientais e de

extensão, como pela concessão de créditos rurais destinados à atividade florestal (PÁDUA, 2006).

Atualmente, o Instituto Estadual de Florestas (IEF) dispõe aos produtores três modalidades de fomento florestal: o fomento social, o fomento para reposição florestal e o plantio de floresta nativa para proteção (IEF, 2019).

O modelo social é realizado com produtores rurais cadastrados e com plantios menores que 3 hectares, para suprir demanda nas propriedades. A entrega de mudas e as orientações técnicas sobre o plantio ficam a cargo do IEF.

O fomento para reposição florestal tem o plantio das mudas realizado pelos produtores rurais associados e a assistência técnica prestada pelo IEF. Enquanto, a modalidade de fomento de florestas de proteção é voltada para a recuperação e enriquecimento de matas ciliares, de áreas degradadas e de áreas de recarga hídrica, sendo plantadas espécies nativas.

O IEF-MG, associado ao governo do Estado de Minas Gerais e ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), coordenam o “Projeto GEF Recuperação e Proteção dos Serviços de Clima e Biodiversidade do Corredor Sudeste da Mata Atlântica” – Conexão Mata Atlântica. Financiado pelo GEF (*Global Environment Facility*), tendo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC), como órgão executor dos recursos (MCTIC, 2019).

O Conexão Mata Atlântica tem como objetivo recuperar e preservar serviços ecossistêmicos associados a biodiversidade e captura de carbono da floresta, em zonas prioritárias do Corredor Sudeste da Mata Atlântica brasileira (MCTIC, 2019).

O projeto está organizado em três componentes e complementa esforços dos governos estaduais de proteção de unidades de conservação e fomenta a participação de proprietários de terras privadas em um manejo sustentável da paisagem florestal, através da regeneração natural assistida da floresta e promoção de atividades de restauração ecológica de florestas nativas (MCTIC, 2019).

As atividades do projeto visam: promover a conservação de habitat necessário para a conservação da biodiversidade mediante a reconexão de fragmentos florestais; aumentar os estoques de carbono; fortalecer a resiliência dos ecossistemas; e, fortalecer a capacitação institucional dos organismos que participam do projeto (MCTIC, 2019).

2.1.2 Fomento florestal privado

No Brasil, com o interesse da iniciativa privada o fomento florestal veio a aumentar. Logo, esta categoria pode ser apontada como de maior importância quanto aos resultados econômicos e de benefícios, tanto pelas empresas privadas quanto pelos produtores.

Os elevados custos para compra de novas terras e o alto custo de mão-de-obra para a produção florestal, acrescida das limitações impostas pela legislação, caracterizaram condições relevantes para a expansão dessas parcerias (RIBEIRO; MIRANDA, 2009).

Segundo Cordeiro (2008), as empresas do segmento de celulose e papel, madeireiro e energético, são as principais interessadas e investidoras em programas de fomento florestal. A maioria dos contratos de fomento florestal firmados pela iniciativa privada apresentam dentre as regras: prazo de vigência; adiantamento financeiro e forma de ressarcimento; operações silviculturais exigidas; o mecanismo de seguro da floresta; a forma de colheita e transporte da madeira; os preços previstos; os recursos oferecidos sem ressarcimento; o percentual de madeira que se pode utilizar na propriedade e as multas pelo não cumprimento do contrato (CORDEIRO, 2008).

Basicamente, o setor florestal privado criou cinco modelos ou estratégias de fomento, a saber: doação de mudas, venda de mudas, renda antecipada, parceria florestal e arrendamento. Além do fomento tradicional, onde são fornecidos insumos e assistência técnica aos produtores, outra estratégia que vem sendo adotada pelas empresas, principalmente as de papel e celulose, é a facilitação ao acesso às linhas de financiamento, atuando como avalistas nos empréstimos destinados ao plantio de florestas (MENDES, 2005).

De acordo com o Grupo de Trabalho Florestas Plantas (GT) da Presidência da República (2011), as empresas do segmento de papel e celulose que mantém programas de fomento florestal em Minas Gerais são a Cenibra, Fibria, International Paper, CAF (Programa Produtor Rural) e CBCC.

2.1.3 Fomento florestal pela parceria público-privada

Modalidade realizada por meio de convênios ou termos de cooperação técnica, firmado entre o poder público e empresas, associações ou outras entidades capazes de realizar os plantios florestais ou fomentá-los (IEF, 2019). Em Minas Gerais, tem-se o exemplo da parceria entre o IEF e a Associação dos Siderúrgicos para Fomento Florestal (Asiflor) (PÁDUA, 2006).

2.2 Estudos de caso de fomento florestal na região

Silva et al. (2009) aplicaram questionários a 141 produtores rurais de 32 municípios de Minas Gerais que tinham contratos em andamento ou encerrados com indústrias de celulose. Observou-se que existe uma confiança e confiabilidade entre os produtores fomentados e as empresas, devido a garantia de compra da madeira para o primeiro corte. Em 98,4% dos casos ambas partes cumpriram os acordos firmados, porém os produtores informaram que também existem pontos negativos que geram desconfiança. Tais aspectos estão relacionados ao sistema de medida da madeira, custo de transporte, e a falta de discussão sobre o preço da madeira. Outro fator que desestimula o produtor é a vulnerabilidade de mercado do segundo ciclo, pois os contratos de fomentos não oferecem garantia para esta comercialização.

Oliveira, Valverde e Coelho (2006) entrevistaram produtores rurais do estado do Espírito Santo, que tem 35% do território apto para atividade florestais. Entre os entrevistados, a maioria obteve um bom retorno financeiro com o fomento florestal e a renda extra foi utilizada principalmente para investir na propriedade e no bem-estar e lazer da família. A maioria dos produtores rurais aderiram a programas de fomento florestal por meio de contratos, e mesmo com a finalização destes, permanecem em atividades silviculturais. Desta forma, programas de fomento florestal ajudam o pequeno produtor a entrar no mercado florestal e criar independência para futuros investimentos na área.

Valdetaro et al. (2015) analisaram os impactos ambientais em um programa de fomento florestal na região do polo moveleiro de Ubá, na Zona da Mata em Minas Gerais. Este programa é realizado junto ao IEF-MG, que fornece assistência técnica, doação de mudas, e outros insumos. Os resultados apresentaram fatores positivos e negativos dos programas de fomento florestal. Entre os aspectos positivos, destaca-se o conhecimento técnico sobre culturas florestais, aumento da renda do produtor, geração de empregos, e redução do êxodo rural. Os fatores negativos estão relacionados ao uso de práticas florestais não-sustentáveis que comprometem a qualidade do solo e do ar. Recomenda-se que o IEF-MG e universidades locais informem ao produtor técnicas de manejo que tenham um impacto ambiental menor.

Cordeiro et al. (2010) calcularam os riscos de projetos florestais com e sem auxílio do IEF-MG e concluíram que os reflorestamentos com fomentos possuíam um desempenho financeiro superior, gerando mais renda ao produtor rural. Os produtores que não aderiram às políticas de fomento florestal do IEF-MG ficaram mais vulneráveis a oscilação do preço final do produto no mercado. Considerando que os produtos finais poderiam ser madeira ou carvão, os plantios destinados a fins energéticos tiveram um melhor retorno financeiro.

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Caracterização da Área de Estudo

O surgimento do município de Santana de Cataguases teve origem em 1863, ao ser constituído o patrimônio da Capela de Santana. Em 28 de setembro de 1887, a lei 3442 transformou-o em freguesia, quando foi criada a Paroquia de Santana de Cataguases. Através do Conselho Distrital, presidido por Felisberto Sá, em 1892, que realizou importantes melhorias em urbanização e o local começou a crescer.



Figura 1 – Área de estudo do trabalho, no município de Santana de Cataguases – MG. Fonte: Próprio autor.

O desenvolvimento econômico na região, começou com o final do ciclo do ouro em Minas Gerais, quando foi iniciado o ciclo econômico do café na Zona da Mata, havendo uma procura de terras apropriadas à prática dessa cultura, com preferência para aquelas que também pudessem ser usadas em atividades agropastoril. A região apresentava elevada fertilidade e vasta malha hídrica, atendendo as necessidades e apresentando condições para se construir um polo de produção de café, o que gerou melhoria nas condições de vida do local.

A cultura de café progrediu em toda região e, em 1877, foi inaugurado pelos ingleses o trecho da Estrada de Ferro Leopoldina, que ligava Cataguases ao Rio de Janeiro, garantindo rota para escoar a produção agrícola e consolidando as bases da economia da região.

A crise de 1929 trouxe como reflexo a derrubada dos preços do café e o governo ordenou a sua queima. A solução encontrada para tentar reverter a situação foi investir em outras culturas, como a de arroz, e na produção de leite e carne. Levando ao desenvolvimento do distrito.

E, em 30 de dezembro de 1962, através da Lei Estadual nº 2764/62 – MG, foi criado o município de Santana de Cataguases, desligando-se de Cataguases (ALMG, 2019).

Situado na Mesorregião da Zona da Mata, Microrregião de Cataguases, tendo Cataguases, Muriaé, Miraí e Laranjal, como municípios limítrofes. Área da unidade territorial 161,486 km². A altitude da sede encontra-se a 240 metros acima do nível do mar. Suas coordenadas geográficas centrais são 21° 16' 58.29" latitude sul e 42° 33' 01.78" longitude oeste (SIDRA, 2019). E, tem como principal acesso rodoviário à cidade pela Rodovia Basílio Soares Barroso.

A população atual, segundo censo de 2010, é de 3.622 habitantes, com densidade demográfica 22,43 habitantes por km², e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,694, sendo médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). Em 2016, o PIB per capita foi R\$ 11.465,35 (IBGE, 2019).

A vegetação característica da região é classificada como Floresta Estacional Semidecidual, inserida no Bioma Mata Atlântica (IBGE, 2012). Apresenta clima, segundo a classificação Köppen, do tipo tropical Aw. Temperatura média entre 22°C e 23°C, com chuvas predominantemente no verão e invernos secos. O índice médio pluviométrico anual está entre 1.300-1.400 mm. Inserido no Bioma Mata Atlântica (SIDRA, 2019).

3.2 Coleta e processamento dos dados

Foram realizadas dezoito entrevistas com produtores rurais que possuem propriedade no município de Santana de Cataguases. Dois questionários base foram utilizados: um questionário referencial contendo questões socioeconômicas e outro com questões florestais, totalizando 21 perguntas. Os produtores rurais foram selecionados visando obter uma boa representatividade, de forma aleatória e sendo a principal fonte de dados. As entrevistas foram realizadas na comunidade rural do município de Santana de Cataguases, localizado na Zona da Mata mineira. Após as entrevistas com os produtores rurais, o coordenador regional do IEF-MG foi contatado para uma entrevista sobre o potencial florestal para a região.

As saídas a campo, nos dias 19, 20 e 21 de julho de 2019, para realizar as entrevistas e ao concordarem em participar da pesquisa, os produtores foram submetidos aos questionários contidos nos anexos 1 e 2.

As perguntas dos questionários foram objetivas e pontuais, elaboradas com o auxílio de um professor e consultor florestal. As perguntas dos questionários forneceram material inicial para uma entrevista a respeito das motivações e razões para as respostas dos entrevistados. Desta forma, o presente estudo utilizou métodos mistos, utilizando o questionário para coletar dados quantitativos e as entrevistas para coletar dados qualitativos. Após responder as perguntas dos questionários, os entrevistados foram encorajados a providenciar uma resposta mais esclarecedora, informando os fatores que o levaram a tomar tal decisão ou a adotar determinado comportamento. Os encontros duraram em média vinte minutos por entrevistado e os produtores foram solícitos. Todos os produtores entrevistados estavam cientes de que se tratava de um trabalho acadêmico e que suas identidades não seriam reveladas.

A entrevista realizada com o coordenador regional do IEF-MG teve a finalidade de obter respostas junto ao órgão competente para entender o comportamento econômico dos proprietários rurais entrevistados. Esta entrevista foi realizada no mesmo período de campo e durou cerca de vinte minutos. As questões abordadas foram relacionadas ao programa de fomento florestal público da região e indicação de dados e materiais para a revisão de literatura e discussão dos resultados.

As informações obtidas pelo questionário contido no anexo 2 foram processadas de acordo com os principais questionamentos que surgiram relacionados aos objetivos deste estudo. O processamento dos dados quantitativos do questionário foi realizado no Microsoft Excel, gerando a Tabela 1, com as perguntas e suas respectivas pontuações, onde o valor 1 (hum) atribuído corresponde a uma resposta positiva. As anotações realizadas durante as entrevistas foram reorganizadas e transcritas na análise dos resultados e discussão.

Tabela 1 – Perguntas com respectivas pontuações utilizadas na caracterização dos produtores rurais no município de Santana de Cataguases, MG

Questões analisadas	Pontuação	
Você aplica alguma prática de preservação ambiental na sua propriedade?	(1) Sim	(1) Não
Você cultiva alguma espécie florestal na sua propriedade?	(1) Sim	(1) Não
Você tem interesse em plantar alguma espécie florestal na sua propriedade?	(1) Muito (1) Médio	(1) Pouco (1) Nenhum
Qual espécie você plantaria na sua propriedade?	(1) Pinus (1) Eucalipto (1) Cedro	(1) Mogno (1) Espécies nativas (1) Nenhuma
Você já ouviu falar de algum desses incentivos para plantar floresta na sua propriedade?	(1) Dedução de impostos (1) Empréstimo no banco (1) Assistência técnica (1) Doação de mudas	(1) Estímulo financeiro (1) Garantia de compra (1) Arrendamento da sua terra (1) Nenhuma
Qual tipo de incentivo você gostaria de ter para plantar floresta na sua propriedade?	(1) Dedução de impostos (1) Empréstimo no banco (1) Assistência técnica (1) Doação de mudas	(1) Estímulo financeiro (1) Garantia de compra (1) Arrendamento da sua terra (1) Nenhuma
Você pensa que o plantio de floresta dá dinheiro?	(1) Muito (1) Médio	(1) Pouco (1) Não sabe dizer
Como você se informa sobre o que notícias da atualidade?	(1) TV (1) Internet (1) Rádio (1) Jornal	(1) Igreja (1) Conversas (1) Não se informa
De onde vem a madeira que você consome na sua propriedade?	(1) Própria (1) Comércio (1) Comunidade	(1) Fora da região (1) Não sabe (1) Não consome
O que você produz (vende) da sua propriedade?	(1) Bói/Carne (1) Leite (1) Café (1) Verduras	(1) Ovos (1) Queijo (1) Cachaça (1) Outro
A sua produção rural corresponde por menos que 70% da sua renda financeira?	(1) Sim (1) Não	(1) Não sabe
Qual o grau de satisfação com o uso da sua propriedade?	(1) Muito alto (1) Alto (1) Médio	(1) Baixo (1) Muito baixo (1) Não sabe

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em resposta ao questionário socioeconômico o acesso à educação, eletricidade e saúde, 100% das respostas foram positivas, demonstrando que os produtores não tem, ou tiveram, problemas com esses serviços. Quanto aos programas governamentais de assistência social, oito produtores (44,44%) participavam como beneficiários de programas de auxílio do governo. Sobre acesso aos serviços bancários de financiamento/crediário, dez entrevistados (55,56%) tinham conhecimento e oito (44,44%) não sabiam onde se informar para acessar tais serviços.

A assistência técnica e extensão rural na região de Santana de Cataguases é realizada pela EMATER-MG e pelo IEF-MG, porém quinze entrevistados (83,33%) não tem interação com esses serviços de extensão. Quando perguntados se haviam empregados, dezesseis dos entrevistados (88,89%), não tem funcionários, sendo a sua maioria agricultura familiar. Treze proprietários (72,22%) desconheciam empresas e órgãos de cunho florestal.

As respostas das perguntas do questionário de âmbito florestal, apresentado no anexo 2, estão descritas dessa seção. Os resultados relacionados às práticas florestais dos produtores e perspectiva de renda estão exibidos na Figura 2:

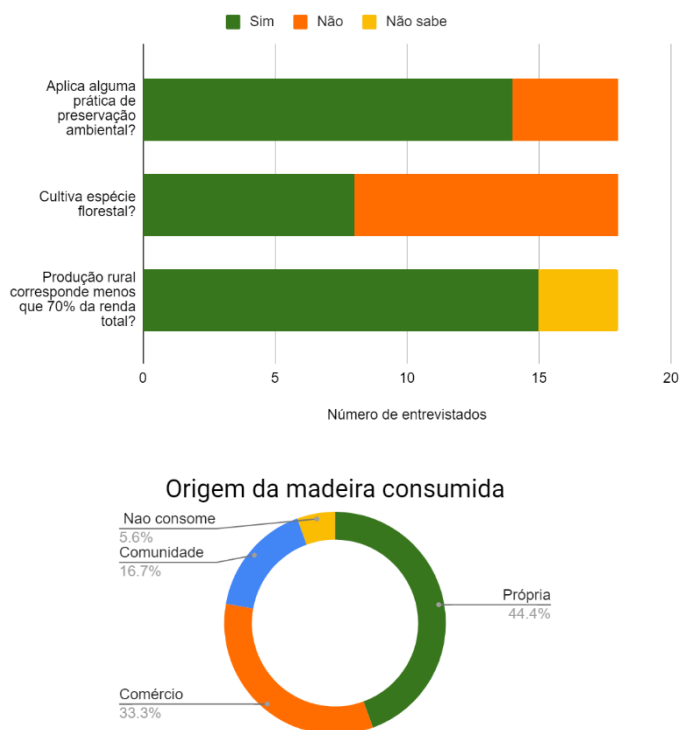


Figura 2 - Resultados relacionados às práticas florestais dos produtores e perspectiva de renda.

Quatorze entrevistados (77,785) aplicam alguma prática de preservação ambiental, incluindo práticas de proteção de encostas e nascentes, conforme vigente pelo Código Florestal/Lei 12.651/2012. As observações das entrevistas informam que a maioria dos produtores está ciente dos serviços ecossistêmicos da cobertura florestal, até os que não fazem nenhuma prática de preservação. Porém, dez entrevistados (55,56%) não cultivam espécie florestal. Oito produtores (44,44%) que cultivam espécie florestal o fazem para subsistência, sem fazer deste o uso de sua fonte de renda principal. Quinze entrevistados (83,33%) tem a sua renda de outra atividade não-agrícola, trabalhando como servidores públicos ou em prestação de serviço para empresas locais. Conforme os resultados de Oliveira, Valverde e Coelho (2006) e Valdetaro et al. (2015), os programas de fomento florestal aumentaram a renda dos produtores participantes, o que seria atrativo para os entrevistados que exercem atividades não-agrícolas.

Em relação a possibilidade de migrar para a cultura florestal, oito pessoas (44,44%) tem pouco ou nenhum interesse em plantar espécies florestais. Doze produtores (66,67%) não sabiam informar se o plantio florestal é rentável. Os entrevistados que responderam que tem interesse em plantar eucalipto informaram que já possuem esta cultura em sua propriedade, embora não seja a sua maior fonte de renda. Os entrevistados que demonstraram interesse em plantar cedro não justificaram a resposta e não possuem conhecimento técnico sobre esta cultura. Tais resultados refletem a realidade observada com os dados do questionário socioeconômico, onde 83,33% não tem interação com serviços de extensão, conforme exibido na Figura 3.

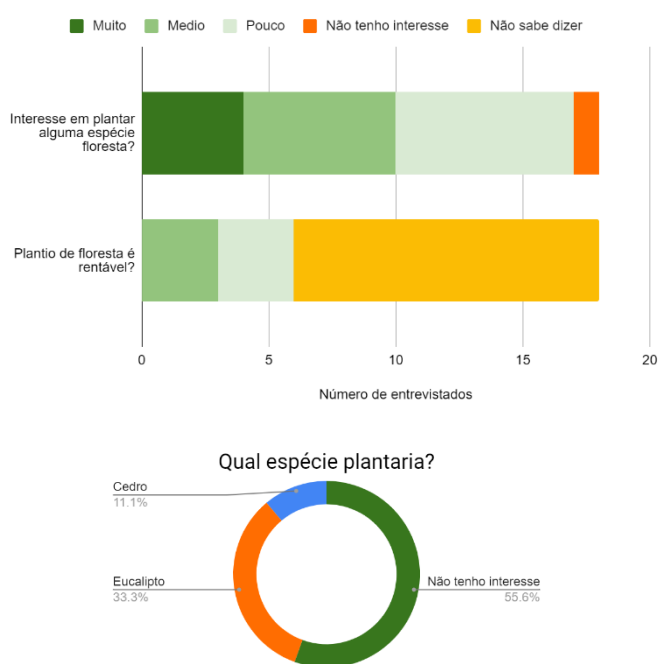


Figura 3 - Resultados sobre a intenção dos produtores em plantar espécie florestal e rentabilidade da indústria.

A Figura 4 informa os resultados sobre as preferências econômicas para fomento florestal considerando dedução de impostos, empréstimo no banco, assistência técnica, doação de mudas, estímulo financeiro, garantia de compra da madeira e arrendamento da terra do proprietário. A opção de maior popularidade entre os entrevistados foi doação de mudas, pois esta prática diminui o custo inicial do investimento para plantio florestal. Dez produtores (55,56%) sabiam sobre a doação de mudas e onze (61,11%) demonstraram interesse nesse incentivo. Nenhum dos entrevistados tinha conhecimento sobre dedução de impostos, empréstimo no banco e garantia de compra da madeira, mas três deles se interessaram por todos esses recursos. Tais práticas de fomento florestal também ocorreram nos estudos de Valdetaro et al. (2015), Cordeiro et al. (2010), e Silva et al. (2009).

Em ambas perguntas sobre o conhecimento dos incentivos e interesse em incentivos, os entrevistados podiam fornecer mais de uma resposta no questionário. Entre os dezoito entrevistados, obteve-se dezenove respostas sobre o conhecimento de incentivos e trinta e duas para o interesse de incentivos. Os presentes resultados indicam que uma vez que o proprietário tem conhecimento sobre práticas de fomento florestal, maior o interesse em adotar o plantio de espécies florestais. Sete entrevistados (38,89%) não tinha conhecimento prévio sobre nenhuma prática de fomento florestal, indicando a necessidade de expandir o acesso à informação.

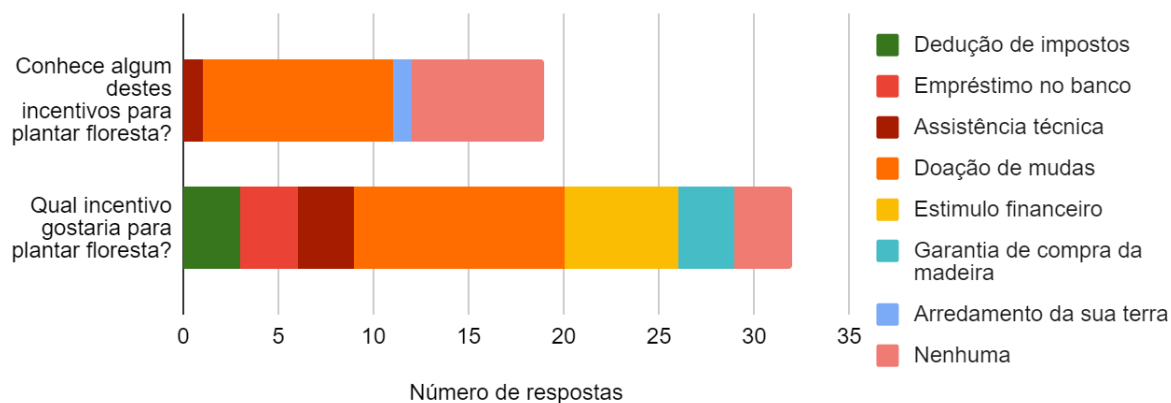


Figura 4 - Resultados informando conhecimento prévio e futuro interesse em práticas de fomento florestal.

Em relação ao uso da propriedade para fins econômicos, doze (66,67%) e sete (38,89%) entrevistados informaram que as principais atividades são gado de corte e leiteiro, respectivamente. A pergunta sobre as principais atividades econômicas da propriedade também possibilitou múltiplas escolhas, totalizando vinte e sete respostas. Tal resultado indica que os produtores locais já fazem uso de mais de uma atividade agrária em sua propriedade.

Quando perguntados sobre o grau de satisfação em sua propriedade, doze fazendeiros (66,67%) responderam que o grau de satisfação é médio. Embora ninguém tenha demonstrado completa insatisfação com a propriedade, a vontade de aumentar os lucros, investir em novos mercados, e ter uma renda diversidade foram os fatores que influenciam as respostas sobre a média satisfação com o uso da terra.

A última questão analisou o meio de comunicação mais favorável para se informar sobre notícias (Figura 5). Os participantes podiam escolher mais de uma resposta. A televisão foi o meio de comunicação com maior popularidade, onde dezesseis entrevistados (88,89%) a utilizam para manterem-se informados, seguindo de internet, rádio, e conversas, que correspondem a 33,33%, um total de seis respostas para cada modalidade. Um participante disse que não se informava sobre notícias. Estes dados são relevantes para agências que promovem práticas de fomento florestal.

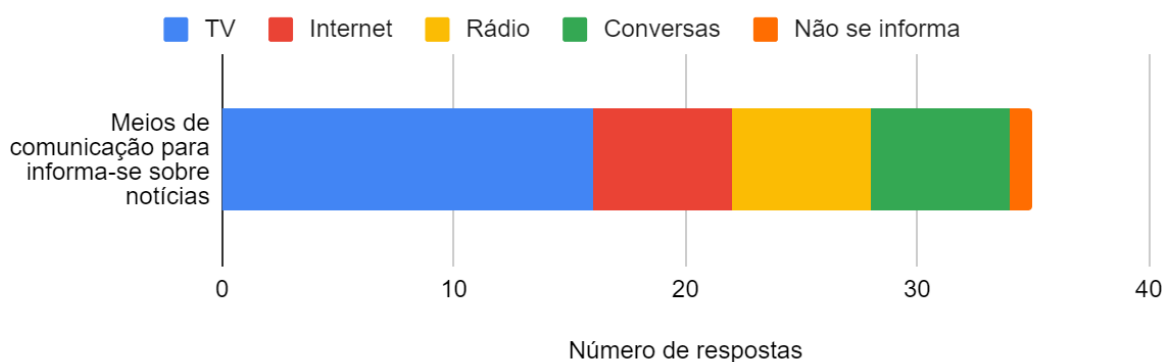


Figura 5 - Resultados sobre meios de comunicação utilizados para informar-se sobre notícias.

A entrevista com o coordenador local do IEF-MG esclareceu aspectos sobre o comportamento socioeconômico dos produtores rurais da região de Santana de Cataguases. O eucalipto é a espécie florestal mais popular entre os pequenos produtores da região. Nos últimos anos, houve uma queda brusca no preço do estéreo de eucalipto de R\$70,00 para R\$25,00, desencorajando novos investimentos.

Outro fator observado pelo IEF-MG é que os produtores locais não procuram se informar sobre assistência técnica e novas políticas de fomento florestal. Em geral, a coordenação local do IEF-MG faz a divulgação de auxílios de implementação florestal através de carros de som, solicitando o comparecimento da comunidade em reuniões realizadas na prefeitura. Porém, na maioria das reuniões, nenhum membro da comunidade comparece.

O presente estudo de caso tem uma característica inovadora, uma vez que poucos trabalhos abordaram o tema, principalmente na região da Bacia do Rio Pomba e Muriaé. Os trabalhos utilizados para comparação realizaram estudos sobre fomento florestal na Zona da Mata mineira ou entrevistas com pequenos produtores rurais. Desta forma, chama-se a atenção para a necessidade de estudos com maior caráter qualitativo para compreender as decisões socioeconômicas dos pequenos produtores e refletir melhores estratégias para alcançar proprietários com potencial florestal.

5 CONCLUSÕES

Com base nos resultados podemos concluir que os produtores constituem, em sua grande maioria, agricultura familiar e não são dependentes exclusivamente da produção rural para prover seu sustento. A assistência técnica, apesar de existir, não chega de fato a maioria dos entrevistados. Seja por falta de investimento em comunicação rural ou por falta de interesse do produtor. A maioria dos produtores atua com gado leiteiro e gado de corte e não tem muita informação sobre a rentabilidade de espécies florestais, sendo necessário um plano de difusão sobre os benefícios dos consórcios lavoura-floresta-pecuária. Há uma necessidade de diálogo entre os órgãos de assistência técnica, IEF e EMATER, com as esferas pública e privada para divulgação, implementação e manutenção de políticas para desenvolvimento de povoamentos florestais. Assegurando as necessidades observadas pelo presente estudo. A geração de renda pela implantação florestal, garantia da comercialização dos produtos da floresta, assistência técnica presente, programa de fomento florestal e consórcios floresta-lavoura-pecuária, mostram-se como alternativa para manutenção da agricultura familiar existente na região. O grau de satisfação dos produtores entrevistados foi em sua maioria mediano, mostrando que há a possibilidade de desenvolver o potencial florestal da região, apesar do pouco interesse em plantar floresta. Através de medidas eficientes para realidade da comunidade rural.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. 12 Anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. *Extensão e Estudos Rurais*, v. 1, p. 309-347, 2011.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES DE FLORESTAS PLANTADAS. **Anuário Estatístico ABRAF**: 2013 ano base 2012. Brasília, 2013.
- CAMPOS, S. K.; NAVARRO, Z. (Org.). *A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?* Brasília, DF: CGEE, 2013.
- CARNEIRO, P. A. S.; FONTES, R. Desigualdades na Região da Zona da Mata Mineira. In: FONTES, R.; FONTES, M. (editores). *Crescimento e Desigualdade Regional em Minas Gerais*. Viçosa: Editora Folha de Viçosa, 2005. 465 p.
- CARRARA, A. A. Estruturas agrárias e capitalismo; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). *Série Estudos*, n. 2, UFOP, Mariana, 1999
- CASTRO, J. F. M.; SOARES, T. L. *Análise Das Potencialidades Socioeconômicas Da Zona Da Mata De Minas Gerais (1991-2000): Uma Proposta Metodológica*. 2008.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CELULOSE E PAPEL (Brasília) (Org.). **Florestas plantadas: oportunidades e desafios da indústria brasileira de celulose e papel no caminho da sustentabilidade**. 2012. Disponível em: https://bucket-gw-cni-static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/39/ad/39addf01-1c02-4c45-a962-978d782416f4/20131002175608453690i.pdf. Acesso em: 02 out. 2019.
- CORDEIRO, S. A. *Desempenho do fomento florestal do órgão florestal de Minas Gerais*. 2008. 103f. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2008.
- CORDEIRO, S. A.; SILVA, M. L.; JACOVINE, L. A. G.; VALVERDE, S. R.; SOARES, N. S. Contribuição do fomento do órgão florestal de Minas Gerais na lucratividade e na redução de riscos para produtores rurais. *Revista Árvore*, Viçosa, v. 34, n. 2, p. 367-376, Mar/Abril 2010.
- EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Transferência de Tecnologia Florestal*. Disponível em: <https://www.embrapa.br/florestas/transferencia-de-tecnologia/eucalipto/perguntas-e-respostas>. Acesso em: 02 de out de 2019.
- FISCHER, A. *Incentivos em programas de fomento florestal na indústria de celulose*. 2007. 260 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- FOMENTO. In: *Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=fomento>. Acesso em: 07 out. 2019.

FONTES, A. A. Caracterização das propriedades rurais do município de Viçosa - MG - com ênfase na atividade florestal. Viçosa: UFV, 2001. 143 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal) – Universidade Federal de Viçosa, 2001.

GEHLEN, I. Políticas públicas e Desenvolvimento social rural. São Paulo em perspectiva, 18(2): 95-103, 2004.

INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES (Brasil). Relatório IBÁ 2015. 1. Ed. Brasília, 2015.

INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES (Brasil). Relatório IBÁ 2019. Disponível em: <<https://iba.org/datafiles/publicacoes/relatorios/iba-relatorioanual2019.pdf>>. Acesso em: 27 de jan de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE CIDADES. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/santana-de-cataguases/panorama>>. Acesso em: 02 de out de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Manual técnico da vegetação brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 275 p.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (Minas Gerais). Fomento florestal. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/servico/obter-assistencia-tecnica-mudas-e-insumos-para-conservacao-e-recuperacao-de-areas-eou>>. Acesso em: 02 out. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL (Brasil). Classificação Nacional e patentes. 3. ed. Rio de Janeiro, 1979.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, 2004.

MCTIC – MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES. Conexão Mata Atlântica. Disponível em: <https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/SEPED/Biomas/PROJETOS-CGBI/GEF_MA.html>. Acesso em: 02 de out de 2019.

MENDES, J. B. Estratégia e mecanismos financeiros para florestas plantadas. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Curitiba, 2005. Disponível em: <<http://www.fao.org/forestry/12075-06238d2267638fe1c5a6f26abaa6fb6ef.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2019.

MINAS GERAIS. Lei nº 2764 de 30 de dezembro de 1962. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=2764&ano=1962>>. Acesso em: 02 de out de 2019.

OLIVEIRA, P. R. S.; VALVERDE, S. R.; COELHO, F. M. G.. Aspectos de relevância econômica no fomento florestal a partir da percepção dos produtores rurais envolvidos. Revista Árvore, Viçosa, v. 30, n. 4, p. 593-602, Jul/Aug 2006.

PÁDUA, C. T. J. Análise socioeconômica do Programa de Fomento Florestal IEF/ASIFLOR em Minas Gerais. 2006. 135f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2006.

RIBEIRO, A. B., MIRANDA, G. de M. Estudo descritivo de programas de fomento em empresas florestais. *Revista Ambiência*, v. 5, n. 1, p. 49-66, 2009.

SIDRA – SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/territorio#/N6/3158409>>. Acesso em: 02 de out de 2019.

SILVA, F. L.; GRIFFITH, J. J.; JACOVINE, L. A. G.; VALADARES, J. H.; FERNANDES, M. P. S.; SILVA, E. C. G. Estudo da relação de confiança em programa de fomento florestal de indústria de celulose na visão dos produtores rurais. *Revista Árvore*, Viçosa, v. 33, n. 4, p. 723-732, Jul/Ago 2009.

SIQUEIRA, J. D. P., LISBOA, R. S., FERREIRA, A. M., SOUZA, M. F. R., ARAUJO, E. de., JUNIOR, L. L., SIQUEIRA, M. M. Estudo ambiental para os programas de fomento florestal da Aracruz Celulose S.A. e extensão florestal do Governo do Estado do Espírito Santo. *Revista Floresta*, Edição Especial, p.3-67, 2004.

STEDILE, J. P. (org.) *A Questão Agrária no Brasil. O debate tradicional 1500-1960*. São Paulo: Expressão popular, 2005: 9-31.

SUZANO PAPEL E CELULOSE (Brasil). *Eucaliptocultura e desenvolvimento socioambiental*. 2 ed. São Paulo, 2008.

VALDETARO, E. B.; SILVA, E.; SILVA, J. C.; JACOVINE, L. A. G. Conjugação dos métodos da matriz de interação e do check-list na avaliação quali-quantitativa de impactos ambientais de um programa de fomento florestal. *Revista Árvore*, Viçosa, v. 39, n. 4, p. 611-622, Jul/Aug 2015.

ANEXOS

ANEXO 1 – Questionário 1

QUESTIONÁRIO

DATA: __/__/____

NOME: _____

NÚMERO DE PESSOAS NA FAMÍLIA: _____

ENDEREÇO: _____

CONTATO: _____

1. Tem/Teve acesso à educação?
() Sim () Não
2. Tem acesso a eletricidade?
() Sim () Não
3. Tem/Teve acesso à assistência à saúde?
() Sim () Não
4. Participa de algum programa governamental de assistência social?
() Sim () Não
5. Tem/Teve assistência técnica e extensão rural?
() Sim () Não
6. Tem/Teve acesso à financiamento/crediário bancário?
() Sim () Não
7. Tem/Teve empregados?
() Sim () Não
8. Recebe ajuda financeira para produzir?
() Sim () Não
9. Tem/Teve conhecimento sobre órgãos/empresas florestais?
() Sim () Não

ANEXO 2 – Questionário 2

QUESTIONÁRIO

DATA: __/__/____

NOME: _____

NÚMERO DE PESSOAS NA FAMÍLIA: _____

ENDEREÇO: _____

CONTATO: _____

1. Você aplica alguma prática de preservação ambiental na sua propriedade?
 Sim Não Qual? _____
2. Você cultiva alguma espécie florestal na sua propriedade?
 Sim Não Qual? _____
3. Você tem interesse em plantar alguma espécie florestal na sua propriedade?
 Muito Médio Pouco Não tenho interesse
4. Qual espécie você plantaria na sua propriedade?
 Pinus Eucalipto Cedro Mogno Espécies nativas
 Outra, qual? _____ Não tem interesse
5. Você já ouviu falar de algum desses incentivos para plantar floresta na sua propriedade?
 Dedução de impostos
 Empréstimo no banco
 Assistência técnica
 Doação de mudas
 Estímulo financeiro
 Garantia de compra da madeira
 Arrendamento da sua terra
 Nenhuma
6. Qual tipo de incentivo você gostaria de ter para plantar floresta na sua propriedade?
 Dedução de impostos
 Empréstimo no banco
 Assistência técnica
 Doação de mudas
 Estímulo financeiro
 Garantia de compra da madeira
 Arrendamento da sua terra
 Nenhuma
7. Você pensa que o plantio de floresta dá dinheiro?
 Muito Médio Pouco Não sabe dizer
8. Como você se informa sobre o que notícias da atualidade?
 TV Internet Rádio Jornal Igreja
 Conversas Não se informa
9. De onde vem a madeira que você consome na sua propriedade?
 Própria Comércio Comunidade Fora da região
 Não sabe Não consome
10. O que você produz (vende) da sua propriedade?
 Boi/Carne Leite Café Verduras Ovos
 Queijo Cachaça Outro, qual? _____

11. A sua produção rural corresponde menos que 70% da sua renda financeira?
 Sim Não Não sabe
12. Qual o grau de satisfação com o uso da sua propriedade?
 Muito alto Alto Médio Baixo Muito baixo
 Não sabe